

POLÍTICAS CULTURAIS, ECONOMIA DA CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ (MG) PARA COM AS PRÁTICAS ARTESÃS

Natacia Lamoglia de Souza (UNIFEI); Sabrina Morais Ferreira (UNIFEI); Maria Eloiza Lopes Pinto (UNIFEI); Carlos Alberto Máximo Pimenta (UNIFEI).
natacia.lsouza@gmail.com; ferreiramsabrina@gmail.com; elolopes91@gmail.com;
carlospimenta@unifei.edu.br.
Agência de fomento: CAPES e FAPEMIG.
GT 5 - Sociedade Civil e Políticas Públicas

Resumo: Esse trabalho objetiva apreender a aplicabilidade do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Itajubá (MG), especificamente, no que se refere ao fomento as práticas organizativas artesãs, processos de geração de renda, estruturação e regulação da economia da cultura e economia solidária. Justifica-se pela necessidade de estudar sobre novas configurações no campo do trabalho, bem como mecanismos normatizadores que valorizem e fomentem práticas artesãs. A metodologia divide-se em duas etapas. A primeira utilizou do PMC de Itajubá na intenção de categorizar o universo de informações preexistentes sobre o tema políticas culturais, economia da cultura e economia solidária. A segunda fase foi composta de entrevistas com os agentes públicos e artesãos membros de associações, bem como a elaboração de diários de campo.

Palavras chave: Políticas públicas culturais; Plano Municipal de Cultura; práticas artesãs; geração de renda; dimensão socioproductiva; Economia da Cultura; Economia Solidária.

Introdução

Este trabalho assume um enfoque direcionado à reflexão sobre a constituição das políticas culturais no município de Itajubá, Sul de Minas Gerais. Objetivou-se apreender a aplicabilidade do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Itajubá (MG)¹, especificamente, no que se refere ao fomento as práticas organizativas artesãs, processos de geração de renda, estruturação e regulação da economia da cultura e economia solidária.

A pesquisa justificou-se pela necessidade de estudar sobre novas configurações no campo do trabalho, bem como mecanismos normatizadores que valorizem e fomentem práticas artesãs. Logo, foi motivada pela importância em conhecer os elementos que compõem as atuais demandas levantadas pelos representantes públicos e a direção pelas quais elas estão seguindo no que se refere a intenções e prioridades no campo cultural, principalmente,

¹ O Plano Municipal de Cultura de Itajubá (MG) é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura (MinC, 2012). Foi elaborado a partir das diretrizes do Plano Nacional de cultura (PNC). Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

no que se refere a economia da cultura², em razão do compromisso assumido pelo município para com o Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, no intuito de promover o desenvolvimento local.

A pergunta que orientou o trabalho foi: “diante do compromisso assumido com o Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, quais os encaminhamentos de ações, intenções e prioridades presentes nos documentos e discursos de representantes públicos do município de Itajubá para com a economia da cultura”?

Para responder ao questionamento, o estudo assumiu uma abordagem interdisciplinar, composta por análise de documentos e de relatos obtidos por meio de entrevistas que permitiram diálogos com a sociologia, economia, administração pública e ciências políticas.

A obtenção das informações foi efetuada em duas etapas, realizadas entre 02/04/2016 a 10/03/2018. Inicialmente, buscou-se conhecer os elementos contidos no Plano Municipal de Cultura de Itajubá e Leis Orgânicas, e, para isso, busca apresentar como tais registros se constituem em termos de concepções e fundamentos. Em um segundo momento, realizou-se entrevistas com dois representantes de órgãos ligados a cultura, com a intenção de caracterizar os discursos públicos no que se refere às demandas da cultura e entrevistas com nove membros de associações de artesanato do município.

O artigo está dividido a seguir em quatro partes, levando em consideração o Plano de Cultura (PMC) de Itajubá (MG), Leis Orgânicas, discursos dos representantes públicos e de artesãos membros de práticas organizativas. A primeira propõe localizar de forma objetiva a definição de cultura que sustenta o argumento teórico da pesquisa. A segunda apresenta brevemente a delimitação geográfica dessa pesquisa. A terceira destina-se a caracterizar os documentos públicos, bem como perpassa pelos discursos e ações do poder público, indicando como o município tem compreendido e priorizado a cultura e prática artesã local. A quarta apresenta a perspectiva dos artesãos membros de duas associações, a Associação Artes da Terra e Associação de Artesãos de Itajubá, bem como está destinado a apresentar a relação entre artesãos e representantes públicos.

² O Plano Nacional de Cultura (PNC), ao tratar da estruturação e regulamentação da economia da cultura, traz à tona princípios da economia solidária. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>> Acesso em: 02 de abril de 2016.

Apontamentos teóricos sobre cultura, políticas públicas culturais, economia da cultura e economia solidária

Da perspectiva teórica, a cultura é abordada como “instrumento de cidadania democrática agenciada”, termo utilizado por Carvalho (2013, p.50), por permitir que as diferentes formas de expressão, como os saberes-fazer, a linguagem, a música, a dança, as artes, o artesanato, entre outros, façam parte das esferas da vida econômica, social e ideológica que permeiam entre os indivíduos.

A cultura é vista aqui como aquela que permite diversas possibilidades, principalmente quando é valorizada e incentivada por dispositivos efetivos, que fortaleçam o desenvolvimento pela ótica socioeconômica, cultural e local. Pimenta (2016, p. 53), ao apresentar apontamentos sobre políticas culturais no Brasil na contemporaneidade, contribui com esse trabalho ao indicar a importância da formação de elementos normativos no campo da cultura que sejam baseados na promoção da cidadania e pautados em princípios democráticos.

Desse ponto, Barros (2008) colabora ao afirmar que o conceito de desenvolvimento deve englobar temas como a cultura e a diversidade de suas expressões por permitir o crescimento autossustentado no sentido de evidenciar potencialidades e possibilidades para os indivíduos de determinada localidade; o resgate do sentido de desenvolvimento humano ao ser abordada pelo viés das trocas simbólicas; e o reconhecimento da diversidade da cultura diversa, das trocas multiculturais e suas problematizações.

Tal conceituação se aproxima de princípios da economia da cultura e economia solidária. Sendo a economia da cultura compreendida pela perspectiva de Reis (2009, p.25) e Almeida (2009, p.19-20) e economia solidária entendida conforme definição de Singer (2002, p.10).

Reis (2009, p.25) coloca que a economia da cultura integra o campo econômico e a dimensão simbólica, e, para isso, considera que as diferentes formas de expressão, saberes e fazeres não devem se curvar a modelos industriais. Além disso, Almeida (2009, p.19-20) contribui ao apresentá-la como segmento que vem acompanhando as recentes configurações do mundo contemporâneo ao se aproximar de modelos de rede e dinâmicas de trabalho, cujos princípios são a horizontalidade, as relações de reciprocidade entre criatividade e profissionalização, a valorização da “equipe de colaboradores” no lugar do “cada um por si” competitivo, bem como reconfigura o acesso e da inclusão democrática nas dinâmicas sociais e produtivas.

Quando se fala em relações de reciprocidade, valorização da “equipe de colaboradores” no lugar do “cada um por si” competitivo, entende-se que a economia da cultura anda junto com os ideais de economia solidária. De acordo com Singer (2002, p.10), a economia solidária é um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Logo, envolve a solidariedade, o interesse do coletivo, a igualdade de participação, a tomada de decisões com base no interesse e objetivos comuns, e práticas democráticas entre os associados.

A economia solidária é compreendida como um novo formato, que remete tanto às formas socioprodutivas quanto a um projeto amplo de sociedade, os quais são movidos pela participação popular e resultantes de mobilizações coletivas com a finalidade de incluir as pessoas que ficaram de fora da lógica do mercado.

Por conseguinte, a discussão aqui proposta envolve leituras pertinentes para o campo cultural, socioeconômico, político e local ao colocar em questão se PMCs, documentos e discursos – públicos e de artesãos membros de práticas organizativas - evidenciam ou não as dimensões socioculturais presentes na realidade do município.

O município de Itajubá (MG)

Itajubá (MG) é um município predominantemente rural, localizado no Sul de Minas Gerais. Nele são realizadas as tradicionais feiras de artesanato, festas populares e culinárias típicas, utilizadas como estratégias para estimular o turismo e conseqüentemente a economia da região - principalmente por serem considerados únicos e raros. Fatores esses que possibilitam o estudo dos novos códigos culturais que surgem e são ressignificados pela vida moderna, bem como o paradoxo entre rural e urbano³.

Por meio de consultas ao site IBGE Cidades (2017), foi possível elaborar a tabela 1 com alguns dados demográficos e geográficos que podem vir a contribuir para conhecer melhor o município.

De acordo com último censo realizado pelo IBGE (2010), Itajubá (MG) possui um total de 189.193 habitantes e, segundo estimativa atualizada em 2017, o total de 97.000 habitantes⁴ (IBGE Cidades, 2017). Apresenta área territorial de 294,84 Km² (IBGE Cidades, 2010) e densidade demográfica de 307,49 habitantes por Km².

³ Paradoxo que, segundo Froehlich (2003), é formado pela tentativa de modernização do rural, ao mesmo tempo em que há um resgate dos elementos culturais locais como estratégia de espetacularização das tradições.

⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

Tabela 1: Dados sobre a população, área territorial e densidade territorial da de Itajubá (MG) em 2010/2017

Município	População (2010)	População estimada (2017)	Área da unidade territorial em Km² (2010)	Densidade Demográfica hab/Km² (2010)
Itajubá	90.658	97.000	294,84	307,49

Fonte: Elaborado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento – NEID a partir de divulgados pelo IBGE (2010/2017)

Itajubá (MG) foi elegido como delimitação geográfica dessa pesquisa e realização de entrevistas com os representantes públicos e artesãos, bem como para as observações de campo por ter aderido ao SNC⁵; possuir um Plano Municipal de Cultura elaborado; contar com uma estrutura de órgãos no campo da cultura, como diretoria e secretaria; e possuir duas associações de artesanato que atuam a um tempo considerável, sendo uma com mais de 13 anos – sendo há 7 anos formalizada - e outra, por volta de 22 anos – sendo há 21 anos formalizada. Além disso, as associações organizam feiras de artesanato semanalmente, o que facilitou o contato com os artesãos.

Do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Itajubá à Economia da cultura e Economia Solidária

O município de Itajubá aderiu ao SNC em 3 de dezembro de 2013 (MinC, 2017). Possui um PMC⁶ elaborado. A pasta da cultura é representada pela Secretaria de Cultura e Turismo, cuja formação se dá com a Diretoria de Cultura, Diretoria de Turismo, Conselho de Patrimônio Cultural e Conselho de Política Cultural.

Entre os objetivos do PMC de Itajubá (MG), estão: a institucionalização da cultura; a participação da sociedade civil e de artistas locais no planejamento da cultura do município; a democratização da comunicação e informação da produção cultural local; a ocupação dos espaços públicos com eventos culturais e oficinas; a promoção do desenvolvimento da economia da cultura; o fortalecimento de mecanismos de financiamento público para a

⁵ As datas das adesões podem ser consultadas no portal do Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1413183/2017.05.02-+MG.pdf/4af40cc1-8e6d-477f-8ac4-e7e28bc64ab9>> Acesso em: 11 de abril de 2017.

⁶ Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

cultura; a valorização e promoção à diversidade cultural; o estímulo à formação cultural; e a promoção de intercâmbios que difundam a cultura local.

Percebe-se pelas falas do poder público que a cultura é enfatizada no sentido de fomento a eventos e atividades culturais que impactem na dimensão socioeconômica do município, bem como no sentido do entretenimento, ou seja, voltado para a realização de eventos que movimentem o calendário festivo do município, promovam atividades de lazer e atraiam turistas.

No documento, é preponderante a indicação de uma economia voltada para a cultura no sentido de incentivos destinados a produção e comercialização de bens culturais. Entre os propósitos mencionados no documento de âmbito municipal, a cultura é associada à dimensão econômica, considerando o viés mercadológico, na qual predomina a lógica produtiva.

Mesmo que de perspectivas diferentes, seja direta ou indiretamente, seus propósitos circundam o cunho comercial e de captação de recursos, bem como expõem a ideia de organização das estruturas culturais, qualificação e capacitação profissional, padronização dos bens culturais materiais, e regularização profissional no intuito de formalizar o trabalho artístico-cultural.

Os termos utilizados não fogem dos objetivos do Plano Nacional de Cultura (PNC), mas se destacam por estarem relacionados à noção restrita de crescimento econômico. Esse ponto pode ser observado no decorrer do conteúdo do PMC.

O documento, em diversos momentos, é apelativo ao tratar a economia da cultura pela perspectiva restrita a dimensão econômica. Contudo, um trecho se destaca por apontar outras possibilidades.

[...] em todas as possibilidades e sentidos que a acepção do termo oportuniza, como o fomento, preservação, criação, produção, formação, fruição, difusão, além da economia da cultura, que constitui o direito fundamental do ser humano. Além disto, o setor deve ser entendido, enquanto agente produtivo e atuante, como um vetor de desenvolvimento econômico e um dos elementos propiciadores de inclusão social (ITAJUBÁ, 2015, p.7).

[...] É um fator de importância histórica e econômica que gera vínculos, inclusão social e riquezas. (ITAJUBÁ, 2015, p.8).

As expressões utilizadas apresentam-se como possibilidades de práticas para mitigar as questões de exclusão social, como os crescentes processos de desigualdade de renda e de desemprego. Falhas essas que o mercado não conseguiu solucionar sozinho.

Trazem também caminhos conceituais que estabelecem a cultura como direito fundamental capaz de gerar diversas possibilidades e significados de transformações socioculturais – o que permitiria uma inter-relação entre a dimensão simbólica, cidadã e econômica, mas não é enfatizado.

Outro ponto a ser observado no PMC de Itajubá é que o documento ressalta e reconhece a existência e a importância de garantir a preservação e perpetuação dos equipamentos, áreas e manifestações culturais da cidade. Esse item está presente em um objetivo do documento que demonstra preocupação com a “valorização e promoção à diversidade cultural” (ITAJUBÁ, 2015, p.12).

O plano reconhece a necessidade de resgatar, registrar, mapear e preservar os equipamentos, áreas e manifestações como patrimônio imaterial e material. Esse reconhecimento demonstra o interesse pelo resgate e afirmação das manifestações e atividades culturais características da região e que estão intimamente vinculados ao estímulo ao turismo e a geração de renda. Percebe-se que a cultura, tanto no trecho disposto acima - que fala sobre as possibilidades da cultura para o desenvolvimento local- e, principalmente, nas falas do poder público, é enfatizada no sentido do entretenimento e fomento a eventos e atividades culturais que impactem na dimensão socioeconômica do município.

No tocante ao registro das manifestações culturais, as falas do poder público indicam uma iniciativa pontual direcionada ao cadastro dos artistas locais no site da prefeitura. O credenciamento tem a finalidade de formar um banco de dados para consulta, mas também a de subsidiar a elaboração de um catálogo voltado para a divulgação do trabalho dos artistas locais e oferecer cursos que os ajudem a compreender a importância e o valor - material e imaterial – de seus trabalhos.

ER: Nós somos um berço cultural! Itajubá é um berço! Nós temos muitos artistas, muuuuito bons, que talvez não sejam tão empreendedores como outros que a gente vê por aí, né.../ é... que não conseguem ainda viver da arte. Mas isso é coisa de Brasil, não é nem uma coisa de Itajubá. E... pra eles eu acho que falta um incentivo empreendedor, sabe? /.../ E a gente anda discutindo muito sobre essa parte deee... de como fazer o artista vender o trabalho dele sem ele deixar de ser artista.

Entretanto, segundo os relatos, tal credenciamento ainda é pouco procurado, característica que acaba fazendo com que o contato dos órgãos ligados à cultura com as manifestações locais seja discreto e pouco diversificado. Há um desconhecimento sobre os saberes-fazer, artistas e grupos locais.

O credenciamento tem a finalidade de formar um banco de dados para consulta, mas também a de subsidiar a elaboração de um catálogo voltado para a divulgação do trabalho dos artistas locais e oferecer cursos que os ajudem a se organizarem, e compreenderem a importância e o valor - material e imaterial – de seu trabalho.

Quanto a essa preocupação, os representantes públicos entendem que o movimento pode auxiliar os artistas a se organizarem e estimarem o valor de seu trabalho para fins de comercialização e, conseqüentemente geração de renda a partir do trabalho artístico cultural como forma de ter uma vida decente – no sentido de conseguir pelo seu trabalho ter acesso ao essencial. Além disso, nota-se que o termo “empreendedor” não é empregado no sentido de criar negócios inovadores e altamente lucrativos. Ele encaminha para a idealização e construção de esforços que oportunizem o trabalho desses artistas como fonte de renda.

Demonstram ainda a compreensão de que os artistas não devem perder as características fundamentais de seus bens e serviços para atender a fins mercadológicos. Característica que torna o trabalho artístico cultural singular pelo seu valor simbólico e que, caso perdidas, os tornariam meros objetos reproduzidos em escala.

Em nenhum momento os representantes públicos referem-se ao termo economia da cultura e economia solidária de forma direta. A economia da cultura e economia solidária surgem no meio das narrativas quando é abordada sobre a importância dos artistas locais se unirem e criar uma associação. Os termos aparecem de maneira retráida, por trás do chamado “empreendedorismo cultural” – demonstrando pouca compreensão pelo assunto.

EIR: Eu acho que os próprios artistas de Itajubá eles precisam se organizar melhor /.../ Os artistas de Itajubá, eles não tem esse... se você perguntar pra eles: “Qual que é o seu cachê?”, eles: ”Ah eu posso passá depois?”. “Qual que é o seu val...?” “Ah, eu posso passa depois?”. Eles não sabem precificar, eles não sabem quanto que eles valem. É, tem um artista que sempre vem cantar aqui. Eu falei assim: “Filha você não pode vim cantar de graça sempre! Você tem que começar a cobrar, você tem que ter um cachê, você é muuuito boa naquilo que você faz! Você precisa acreditar naquilo que você faz!”. “Ai cê acha mesmo que eu sou boa?”. Então, assim os os nossos artistas, eu acho que ele...ele.. falta muito eles acreditarem neles, entendeu? E eles se unirem e fazer uma coisa séria e tem que ser pelo Conselho de Cultura /.../ Criar mesmo uma associação, uma organização, uma cooperativa artística na cidade. Essa cooperativa fazer seminários ou ou cursos aonde... com o apoio nosso, claro! Não tô eximindo a Secretaria de Cultura em momento algum. É... mas fazer seminários, palestras pra que os artistas, eles consigam ser empreendedor. Pra que eles consigam ter uma autoestima mais elevada. Pra que eles possam além de ser artista, viver da arte.

O discurso se aproxima de princípios da economia da cultura e da economia solidária. Na trilha desse entendimento, a economia da cultura e economia solidária podem gerar

possibilidades para o desenvolvimento local. A partir daí, o processo de institucionalização da cultura no município, com o intuito de captar recursos para iniciativas de valorização da cultura local e para financiar artistas, como artesãos e outros grupos artístico-culturais, incluindo associações e/ou cooperativas que dependem desse tipo de trabalho para sobreviver, faz sentido quando distribuído democraticamente entre os envolvidos com a comercialização de bens e serviços culturais.

Ao tratar da importância dos artistas se organizarem do ponto de vista do trabalho, é possível pontuar a emergência de modelos baseados em princípios colaborativos - em termos de manifestações coletivas e solidárias entre os artistas locais. Ou seja, que geram noções de responsabilidades individuais e coletivas entre os artistas, de forma que em conjunto eles conseguissem potencializar esforços para transformar o seu espaço de trabalho e até mesmo os tornem atuantes nas discussões públicas e desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da economia da cultura e economia solidária.

As experiências culturais quando passam a ser compartilhadas podem levar a transformação e minimização das desigualdades. Fator que também pode significar a aproximação de comunidades nos espaços de debates entre sociedade e prefeitura não somente no âmbito cultural, mas em outras pastas públicas.

Mesmo com as orientações do PMC na tentativa de traduzir o PNC para o município, e intencionalidades expressas nas falas do poder público no que se refere ao trabalho artesão, percebe-se que as prioridades das secretarias, diretorias e conselhos de cultura são a realização de eventos que movimentem o calendário festivo do município e promovam atividades de lazer. Outra iniciativa que se destaca é a patrimonialização, pelo qual os representantes públicos buscam identificar bens materiais e imateriais para então realizar inventários e acessar recursos financeiros decorrentes do ICMS cultural⁷.

A relação das associações de artesãos com o poder público

Os resultados obtidos pelas entrevistas com os gestores públicos mostram que a economia da cultura e economia solidária tem sido negligenciadas no município. A economia da cultura, economia solidária e a prática artesã surgiram durante as entrevistas quando um dos gestores municipais levanta a questão da identificação de artistas do município – artistas em geral - para posterior elaboração de um catálogo. Manifestou-se ainda quando o mesmo gestor levanta a necessidade dos artistas - entre eles os artesãos,

⁷ Programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, por meio de repasse de recursos financeiros para os municípios que preservam seu patrimônio (IEPHA, 2017).

músicos, dançarinos, etc -, se organizarem para conquistarem objetivos comuns e, até mesmo, conseguirem se qualificar e se capacitar.

O gestor demonstra interesse em contribuir para que as ações levantadas por ele se tornem realidade, contudo, não passam de intenções que ainda não se concretizaram. Isso pode ser percebido quando foram realizadas as entrevistas com os artesãos.

Com as entrevistas, percebeu-se que ambas as associações de artesãos do município têm dificuldades de trabalhar em parceria com a prefeitura. Quando questionados sobre essa relação entre prefeitura municipal e associações, obteve-se as seguintes respostas:

EMA: Pergunta difícil. [...] Enfim, nós temos contato com a prefeitura. [...] Mas nem sempre somos atendidos, né, então, não sei. [...] Apesar de que no ano passado nós ficamos o ano inteiro tentando conversa com o prefeito e não conseguimos.

EFA: Não, deles procurarem a gente, não. Tem tido da gente procura eles, né. Que foi no caso, o pedido do toldo. Que a gente só procurô a prefeitura pra isso, pro pedido do toldo. [...] o ER correu atrás da prefeitura, tal, direto, e a gente conseguiu um toldo, mas não foi entregue ainda, né. [...] A promessa agora é de entregar até março. Fiquei sabendo. [...] ER: Tá dependendo do I/ IPEN pra podê liberá a verba.

Os associados EMA e EFA contam que a associação não é procurada pela atual gestão municipal. Segundo elas, são as associações que tem procurado a prefeitura. EMA relata a dificuldade da Associação Artes da Terra em conseguir contatar o prefeito. Já EFA e ER apontam terem procurado a prefeitura para solicitar ajuda com os toldos da Associação de Artesãos de Itajubá, que precisam ser trocados.

EFA menciona ainda que um dos artesãos da Associação de Artesãos de Itajubá elaborou um projeto para a construção de quiosques no centro do município para os artesãos exporem e comercializarem os seus produtos.

EFA: No caso, aqui tem um associado nosso que ele já correu atrás pedindo quiosque. Ele levou um projeto alí na rua do Maciel Modas Intimas, aquele bequinho. A intenção era no lado de lá do Carneiro. Fazê uns quiosques alí e tal. Esse projeto tava até na/na/na prefeitura, mas quando mudou a gestão, fico parado. Mas aí não fica como cede. É outros pontos de venda. Mas como cede a gente não consegue porque a prefeitura, no caso, teria que pagá um aluguel, né.

Tal projeto, possibilitaria aos artesãos terem um espaço físico para trabalharem durante toda a semana e não somente às sextas-feiras e sábados, como acontece atualmente com as feiras. Ao mesmo tempo, a proposta envolveria a utilização e revitalização dos espaços públicos, visto que o local visado para a construção dos quiosques seria um beco pouco movimentado. Segundo a entrevistada, o projeto não seguiu em frente devido as

mudanças de gestão na prefeitura, ou seja, houve descontinuidade do projeto devido a mudança na administração municipal.

A entrevistada EC, da Associação Artes da Terra conta que os artesãos já tentaram entrar em contato com o prefeito.

EC: Então, ééé/ a última vez que a gente conversou com o prefeito foi é/ em dezembro do ano retrasado **{ano de 2016}**. O ano passado/ ééé´... a gente tentou contato com ele porque a gente tem a secretária que no caso era a EA no ano passado. Então a função da secretária é fazê esse contato com a prefeitura. Durante o ano todo/ ham/ a gente não conseguiu fazer uma reunião com ele. Claro, foi impossibilidade dele, porque a gente teria ido, né. Mas ele não nos/ nos recebeu e quando chegou o final do ano, que a gente viu que a coisa tava a apertando e que a gente queria ir pra lá, foi a mesma coisa, a gente mandou um ofício e eles negaram **{ofício solicitando uma autorização para a associação poder expor na praça principal de Itajubá}**. Então, assim, o ano passado foi bem complicado. Teve a troca da gestão também **{refere-se a troca de gestão da associação}**. Então, a partir desse ano a gente vai tê que começa tudo de novo. Eee, outra coisa que eu acabei também me dando conta né. É... nesse processo de tá, né, a gente tá pedindo pra ele pra ir pra outra praça, então, foi queeee a gente acaba focando muito em ir pra lá e acaba sem/ sem querê [...] Sem querê, desvalorizando também o espaço que a gente tem, porque na verdade a gente tem um espaço que é aqui. É o/ é o que gente tem no momento, né. Então, assim, eu acho que a gente poderia/ haaam/ também negociá com eles, porque eu acho muito difícil eles mandarem autorização permanente pra fica lá. Acho que se for, vai ser assim, eventual, em datas comemorativas. Se é que isso ainda vai acontcê. O mesmo caso da gente continua aqui, eu acho que a prefeitura poderia investir mais na manutenção aqui da praça do Carneiro **{praça Presidente Getúlio Vargas}**. É... na manutenção das plantas, da pintura, é/ dos bancos, tem bancos alí, nessa parte alí que estão totalmente sem o encosto, quebrados. É... Então, assim, isso acaba dando uma imagem de praça abandonada, de praça suja, de praça sem valor. Né, isso acaba, a gente pegando um pouco dessa imagem, né. E... porque como a outra foi recentemente reformada, as pessoas vão tudo pra lá. É lá que tem, é... sorvete, é barzinho. Aqui não tem, além do supermercado, a gente não tem nenhum outro comércio, assim, que chama, né.

A associação tem uma secretária nomeada e uma das funções dela é entrar em contato com a prefeitura e buscar a aproximar a associação dos gestores municipais. A aproximação mencionada acima tinha como objetivo conseguir um alvará para expor e comercializar na praça principal do município, a Praça Theodomiro Carneiro Santiago.

A artesã reconhece que a associação já possui um alvará para realizar as feiras na Presidente Getúlio Vargas, contudo, os artesãos não estão satisfeitos com o espaço. Segundo eles, o atual local das feiras está abandonado e precisa de maiores cuidados no que se refere aos assentos e jardim. Eles acreditam que a mudança para a praça principal seria uma

oportunidade para ganhar maior visibilidade devido ao grande movimento e pela manutenção do local que acontece frequentemente.

Desse ponto, observa-se que a prefeitura, quando reformou a Praça Theodomiro Carneiro Santiago e, para isso, retirou os artesãos que ali expunham e comercializavam, os levando para a Associação Artes da Terra, tinha a intenção de modernizar e passar uma nova imagem da praça a comunidade. Após a reforma, entendeu que não poderia conceder o espaço aos artesãos realizarem as feiras naquele local, tendo em vista a tentativa de ressignificar o local.

As entrevistas apontam que a gestão municipal não percebe que as feiras representam uma manifestação local, que modifica o cenário das praças onde são realizadas, durante as sextas-feiras e sábados – e, por isso, já fazem parte da paisagem local - atraindo o turismo, contribuindo para a dimensão socioeconômica e divulgando os saberes-fazeres locais. Conseqüentemente, a retirada dos artesãos da principal praça do município e a mudança para outros espaços públicos, descaracteriza o ambiente – ainda mais após a reforma e modernização do espaço.

Ao mesmo tempo, os artesãos não compreendem que as feiras realizadas pela Artes da Terra já compõem a Praça Presidente Getúlio Vargas. As feiras são uma forma de ocupação de um espaço público e, como a própria artesã EC mencionou, o local que não recebe tantos cuidados em termos de manutenção e conservação, ao receber as barracas dos artesãos, é revitalizado, ou seja, ganha outra paisagem.

Outro fator identificado nas falas dos artesãos e que está relacionado a dificuldade de aproximação entre artesãos e prefeitura é o de que os representantes das associações de artesanato não dominam sobre o assunto associativismo, práticas artesanais, economia da cultura e economia solidária, bem como entendem pouco sobre gestão e politização.

EFA : [...] a gente num tem assim/ a gente é bem leigo em relação as normas, regras, o que que pode fazê pra melhorá, quais que são os nossos direitos, o que tem/ o que o governo pode oferecer pra gente. [...] Mas, assim, a gente tá caminhando devagar. Que a gente num entende muita coisa também. [...] Tá aprendendo. Tá engatinhando.

Essa pouca compreensão e insegurança – gerada por não entender ou entender pouco do assunto - acaba afetando na forma com que as associações se relacionam, negociam e cobram do poder municipal. Quando os artesãos mencionam não estarem conseguindo contatar a prefeitura, entende-se que a prefeitura possui certa resistência para recebê-los, mas as associações também não conseguem estabelecer esse vínculo político com a prefeitura.

Pelas falas dispostas acima - EFA, ER e EC – observa-se ainda que os artesãos têm procurado a prefeitura com a finalidade de resolver questões pontuais, que envolvem a tentativa de conseguir um alvará para a realização das feiras em uma praça pública mais movimentada, de colocar em prática um projeto de construção de quiosques e de ganhar barracas novas. Os representantes das associações procuram a prefeitura na busca por tentar resolver problemas, mas não se preocupam em estabelecer aproximações e relações contínuas de parceria.

Por outro lado, apesar da dificuldade de estabelecer parcerias entre prefeitura e associações, e conseqüentemente, fomentar a prática artesã no município, uma das associações envolvidas nessa pesquisa, a Associação Artes da Terra, conta com o apoio da INTECOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) ⁸.

Segundo as artesãs, a Associação Artes da Terra está incubada na INTECOOP por volta de quatro a cinco anos e, atualmente, a incubadora tem apoiado a associação em vários aspectos.

EC: Então, assim, ham/ no começo, ééé... parece que fica muito/ muita/muitaaaa/ muito projeto/ haaaam/ eles começaram com um projeto pra consegui fundos pra gente consegui compra matéria prima, né. Esse projeto, ele foi adiante, só que por falha de alguém ou nã/ ou de datas, eu não sei o que aconteceu. [...] : Ah então/ então ééé... então, teve um período alí queeee... eles tinham uma certa verba pra disponibilizá pro artesanato eee... aí a gente teve queeee/ a gente escolheu um produto que a gente gostaria de recebê, o tecido, o vidro, enfim, eles fariam a compra, iam intermediá eee a gente ia recebe o produto, é.. não sei o que que houve alí no meio/ no meio da história. Nuuum sei se a verba não veio, se eles perderam uma data. A gente não recebeu nada... eeee... e antes deu entrá também, eles já tinham feito projetos, assim, que o pessoal também não recebeu nada. Então, isso tudo deixou o pessoal meio desacreditado naquilo que eles poderiam fazê. Eee... na verdade, assim, deee de benefício/ huum/ a gente já recebeu alguns cursos, algumas palestras que a gente pode participá eeee/ e foi isso. Acho que teve uma ocasião que eles receberam algumas camisetas também que foi patrocinada pela INTECOOP. Ééé... mas foi isso.

EMA: Essa INTECOOP agora que eu tô sentindo firmeza. [...] tem nos ajudado bastante. [...] Nossa, em pedir a/ ééé... pedir/ exemplos: pedindo ééé... como é que fala? Uma vez nós tivemos que viaja e foi a INTECOOP que nos conseguiu o transporte pra ir pra Santa Rita. Apoio. Essa INTECOOP agora. [...] a gente usa muito a INTECOOP **{refere-se à cursos de capacitação}**. [...] Pois é, nós usamos muito a sala da INTECOOP.

⁸ A Intecoop oferece apoio a formação e consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários no município de Itajubá, bem como capacitações voltadas para a gestão autônoma dos empreendimentos (UNIFEI, 2018).

EE: [...] eles davam uma força legal pra gente. Mas a prefeitura nunca, nunca entrou com isso não.

EC indica a tentativa da INTECOOP em tentar conseguir recursos financeiros para a compra de materiais para os artesãos utilizarem em seus trabalhos. Entretanto, conta que o projeto não deu certo, deixando os artesãos frustrados e desacreditados.

Em seguida, EC relata o apoio da INTECOOP em relação a ofertas de cursos de capacitação para os artesãos. Desse ponto, EMA confirma a tentativa da incubadora em capacitar e qualificar os artesãos, bem como informa sobre a concessão de salas da incubadora para a realização de reuniões e assembleias, e ajudas de custos para a realização de viagens e participação em feiras no município de Santa Rita (MG).

EML: Até nós tivemos um cursinho, umas aulas lá com o Carlos {Carlos Magno Pereira foi aluno do PPG DTecS e ofereceu oficinas para a Associação Artes da Terra, cujo tema foi o design das barracas utilizadas para exposição dos artefatos. A oficina foi uma contribuição da sua dissertação de mestrado, cujo tema abarcava o ambiente da feira de artesanato da Associação Artes da Terra}. [...] Nós tivemos também um curso lá da da/ lá na EFEI da da... empreendedorismo. [...] Eles também deram pra nós também um cursinho lá. [...] Foi, por meio da INTECOP. [...] Nós tivemos também um curso lá da da/ lá na EFEI da da... empreendedorismo.

Além dos cursos realizados pela INTECOOP, os artesãos já fizeram cursos oferecidos pelo Centro de Empreendedorismo da Universidade Federal de Itajubá (CEU/ UNIFEI) e oficinas ministradas pelo ex aluno do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Tecnologias e Sociedade (DTecS), Carlos Magno Pereira. Desse ponto, a universidade passa a assumir um de seus papéis, o de se aproximar da sociedade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Outro ponto mencionado durante as entrevistas com os artesãos foi o de que no ano de 2017, a Associação Artes da Terra foi procurada pela prefeitura para a realização de uma ação em parceria. A prefeitura estava organizando o Festival de Inverno e a Festa do Pastel de Milho, e, então, chamou as artesãs para exporem no evento.

EC: [...] eles nos convidaram pra participa dooo... lá do parque, é, durante o ano passado teveee, ééé... dois eventos, o Festival de Inverno e no/ na Festa do Pastel. Isso foi convite deles, é, mas não foram todas as barcas. Ééé... então, assim, não sei/ não sei se eles também ficaram chateados porque não foram/ porque assim, o espaço era reduzido, eram quatro barracas, eu acho, que podiam expor. Então, a gente tinha que dividir os produtos, né, e se a gente aqui é em vinte e cinco, lá só poderia montá quatro barraca. Então, ééé..., muita gente acaba não/ não se interessando.

A procura da prefeitura aconteceu de forma pontual, ou seja, era visado uma ação em parceria que teria a restrita finalidade de levar os artesãos e tentar integrá-los a dois eventos que marcam o calendário festivo do município. A proposta, mesmo sendo a oportunidade para os artesãos exporem e comercializarem seus produtos, foi encarada por alguns artesãos de forma negativa, visto que houve restrição de espaço e a associação não conseguiu se organizar para levar o trabalho de todos os artesãos – optou por não levar todos.

Alguns artesãos narraram ainda que buscaram apoio da prefeitura para a realização de uma Feira de Economia Solidária em Itajubá.

EFA: É/é/é o ano passado a gente teve a Feira da Economia Solidária aqui em setembro. [...] É, todas as cidades é/ que participam do movimento, é, a gente tenta levá pelo menos uma feira naquela cidade, né. Então, as cidades mais ativas, elas conseguem tê um calendário. Então, no caso, assim, o movimento hoje em dia, a cidade que mais tem pessoas é Poços de Caldas e Itajubá. Os maiores membros da Economia Solidária, do nosso fórum é Itajubá e Poços de Caldas. [...] Itajubá faz parte da coordenação. Então tem que tê pelo menos uma feira por ano.

EC: [...] a gente faz parte é... de um movimento chamado Economia Solidária. É... e significa que a gente participa de feiras em outras cidades/ham/ daaa... aqui do Sul de Minas. A última que a gente participou foi em Capitólio. Então, assim, eu digo Sul de Minas, mas a gente anda quase quatrocentos quilômetros, né. Ham/ Então assim, tem algumas cidades que/ queeee organizam/ que já organizam essas feiras e a gente também/ e eles tão também, sempre em busca de outras/ outras cidades que sejam interessantes pra expor o artesanato. Então, assim, como a gente recebe as pessoas de fora pra vir pra cá, tem outras que nos recebem quando a gente viaja. E... essas feiras costumam ser bem interessantes assim. Giram em torno de quarenta a cinquenta barracas de artesanato, um artesanato bem variado, bem rico, as pessoas gostam muito de vê. Eeee... a última vez que eles vieram aqui pra Itajubá, ééé... o prefeito não deixou a gente ficá lá na praça principal. A gente fico aqui na praça do Carneiro **{Praça Presidente Getúlio Vargas}** e o retorno até pra eles não foi o mesmo, que no mês de setembro, eles vieram e a gente ficou pra lá **{refere-se a Praça Theodomiro Carneiro Santiago}**. Foi sensacional feira. Foi muito boa eee.... já no mês de novembro que eles voltaram, assim, o retorno não chegou a cinquenta por cento do que foi lá. Então eles mesmo falaram que se tivé que volta aqui pra Itajubá. Aqui nessa praça eles não voltam mais. [...] Que pena. Nossa. Porque o pessoal, muitas vezes vem de longe, assim como a gente também viaja longe, eles também vem. Então, tem despesa de transporte, é... dedicação pra trazê mercadoria **{refere-se a fazer uma quantidade de artesanato pra trazer para a feira}**, ééé, então, assim, aqui eles ficam em alojamento, ééé'... é uma série deeee... de coisas que envolvem tudo isso. E tem que tê um retorno pra isso também, se não a pessoa acaba desistindo, né, como acontece aqui, as vezes. Eee... é um movimento bem interessante porque/ham/ envolve muitas pessoas, muito mais do que a gente tem aqui. [...] Então, em outras cidades, geralmente, eles fornecem o alojamento. Eles disponibilizam uma escola, é... ham/ nas cidades que eu fui foi sempre escola. Eee... aqui em Itajubá, eles oferecem a casa do/ a casa do Conselho, que é alí na Varginha também eeee, então, assim, esse é o apoio da prefeitura, além do alvará da praça e tal. Eeee...

tem algumas cidades que oferecem transporte pras pessoas, né, mas tudo isso acaba as/ acabaaaa dependendo mais, né. O que a gente sempre consegue é o alojamento. Até porque, se a gente teve que pagar hospedagem pra ficar na cidade. As vezes, não fica valendo muito a pena, né. Que já tem transporte também. Então é isso.

As artesãs explicam que as Feiras de Economia Solidária acontecem em todo o Sul de Minas e que são mais frequentes em municípios onde há maior número de artesãos associados. Itajubá (MG) está entre os municípios que poderiam receber as feiras com maior frequência.

Elas ainda contam que a primeira Feira de Economia Solidária realizada em Itajubá aconteceu no mês de setembro de 2017, na Praça Theodomiro Carneiro Santiago, principal praça do município, e que os artesãos tiveram um bom retorno financeiro. Devido ao sucesso do evento, decidiu-se realizar outra feira no município no mês de novembro do mesmo ano, contudo, os artesãos não conseguiram o apoio da prefeitura para realizá-la na praça principal. Os artesãos, então, expuseram e comercializaram seus trabalhos na Praça Presidente Getúlio Vargas, mesmo local onde a Associação Artes da Terra realiza as feiras semanais

A feira, entretanto, não trouxe o retorno financeiro esperado, o que não agradou os artesãos. De acordo com EC, as feiras geram custos para os artesãos, pois os mesmos têm de pagar pelo transporte e armazenagem dos artesanatos, bem como alimentação e outros gastos. Por isso, os artesãos precisam de um retorno financeiro que cubra o investimento nos materiais, gastos com a viagem e ainda gere lucro.

Pode-se perceber pelas entrevistas que as associações de artesanato e prefeitura ainda não conseguem estabelecer parcerias contínuas e negociações coletivas. Quando uma procura a outra é apenas para desenvolver ações ou projetos pontuais. As associações não assumem seu papel coletivo e político em busca de melhores condições para os artesãos, e a prefeitura negligencia o PMC no que se trata da economia da cultura, economia solidária e da prática artesã.

Conclusões

Ao buscar apreender sobre a aplicabilidade do Plano Municipal de Cultura (PMC) de Itajubá (MG), percebe-se que a economia da cultura e economia solidária têm sido negligenciadas no município. As falas dos representantes públicos indicam pouco conhecimento sobre a economia da cultura e economia solidária e nenhuma iniciativa para fomentá-las.

As falas dos representantes públicos demonstram intenções que não conseguem se efetivar. As principais ações da prefeitura circundam a elaboração de um calendário festivo, identificação de patrimônios e arrecadação do ICMS cultural – não conseguem ultrapassar essas práticas.

Não há relações de proximidade entre associações e representantes públicos. Pelos relatos obtidos por meio das entrevistas com os artesãos, percebe-se que associações e prefeitura se aproximam para tratar de questões pontuais, como solicitações de alvarás e tentativas de conseguirem novas estruturas para as barracas onde são expostos os artesanatos nas feiras. Associações e prefeitura não conseguem estabelecer relações políticas contínuas.

Percebe-se que a prefeitura ainda não despertou o interesse em fomentar práticas, ações e políticas voltadas para a economia da cultura e economia solidária no município – mesmo que tal ponto seja ressaltado em um dos objetivos do PMC de Itajubá. Observa-se também que as associações não se caracterizam como movimento político, pois enfocam em sua atividade como feira - comercialização. As associações que teriam a possibilidade de assumir um caráter de cooperação entre artesãos, buscas por melhores resultados e benefícios mútuos, não conseguem assumir um caráter gestor e político, criando possibilidades de parcerias para com a prefeitura que oportunizem o trabalho artesão no município.

Referências bibliográficas

- ALKIMIN, E. G. **Construtores de nossa História**. Itajubá, Editora Diarrarte Ltda. 2012.
- BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: _____ (Org). **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-25. Disponível em: <http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/enfermagem/Diversidade_Cultural_Protecao_Promocao.pdf> Acesso em: 22 de outubro de 2016.
- BRASIL. Plano Nacional da Cultura. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Secretaria de Políticas Culturais. Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>> Acesso em: 02 de abril de 2016.
- CARVALHO, E. A. Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico. In: PIMENTA, C.A.M.; MELLO, A.S. (Orgs). **Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade**. Taubaté: Cabral Editora, 2013, v. 1, p. 49-69.
- FROEHLICH, J. M. A (RE) Construção de Identidades e Tradições: o rural como tema e cenário. In: **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Niterói, RJ, nº 14, pp. 117-132, 1º sem./2003.
- IBGE. Cidades@. Censo 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

IBGE. Cidades@. Estimativa da população 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

_____. Divisão Regional. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1> Acesso em: 26 de junho de 2016.

IEPHA. ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>> Acesso em: 07 de novembro de 2017.

ITAJUBÁ. Plano Municipal de Cultura de Itajubá. Lei 3134, de 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camaraitajuba/arquivo?id=17311>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

MinC. Ministério da Cultura. Adesões ao Sistema Nacional de Cultura no Diário Oficial da União.. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1413183/2017.05.02-+MG.pdf/4af40cc1-8e6d-477f-8ac4-e7e28bc64ab9>> Acesso em: 11 de abril de 2017.

_____. Guia de Orientações para os Municípios. Sistema Nacional de Cultura. Perguntas e Respostas. Ministérios da Cultura, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/cartilha_web.pdf/8cbf3dae-0baf-4a30-88af-231bd3c5cd6e> Acesso em: 11 de abril de 2016.

PIMENTA, C. A. M. Apontamentos sobre políticas culturais no Brasil: proposições iniciais no campo da diversidade cultural. In: LOPES, J. R; STEIL, C. A; LEISTNER, R. M (Orgs). **Políticas Culturais e Ambientais no Brasil:** da normatividade às agências coletivas. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p.51-67. Disponível em: <http://cirkula.com.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=489> Acesso em: 18 de abril de 2017.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIFEI. Extensão. INTECOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. 2018. Disponível em: <https://unifei.edu.br/extensao/empreendedorismo-e-inovacao/intecoop/>. Acesso em 09 de setembro de 2018.